

# Emenda prevê implantação do parlamentarismo em 3 anos

Da Sucursal de Brasília

Os constituintes favoráveis à implantação gradual do parlamentarismo no país, através de uma negociação com o presidente José Sarney, apresentaram ontem à tarde, em Brasília, uma emenda ao substitutivo do relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que prevê seis anos de mandato para Sarney e a implantação do parlamentarismo num prazo de três anos. A emenda é assinada pelo deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), de centro-direita, segundo o levantamento da Folha publicado no dia 19 de janeiro no caderno "Os Eleitos". Ainda ontem à tarde, o senador José Richa (PMDB-PR), de centro, discutiu a proposta com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, durante encontro na casa do ministro, situada no Lago Sul.

O encontro entre o ex-governador do Paraná e o chefe do Gabinete Civil durou quase três horas e, segundo Costa Couto, as negociações deverão posteriormente resultar num encontro entre o presidente José Sarney e os três parlamentares que compõem a comissão de negociação do grupo. Esta comissão é integrada por José Richa, o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA).

## Gradual

A proposta de uma transição gradual ao parlamentarismo, segundo Richa, não significa que os parlamentares tenham feito qualquer concessão ao Planalto. O argumento de Richa concentra-se no fato de que não se trata de "medir forças" com o Planalto, já que isso, no máximo, poderia consagrar uma maioria precária que, por ser precária, poderia ser facilmente contestada "no dia seguinte". O objetivo, sobretudo, diz Richa, é atingir um consenso, condição fundamental, segundo ele, para que se realize uma mudança do sistema de governo.

"A emenda pretende servir de base para que o relator negocie com o governo a fórmula final do sistema de governo parlamentarista", disse Bonifácio de Andrada à Folha, ontem à tarde, antes de apresentar sua emenda. Sua "tarefa", segundo afirmou, foi a de "rascunhar" um texto que refletisse o consenso entre os proponentes da emenda. Concluído um acordo sobre este "rascunho", Costa Couto já pôde anunciar que apresentaria a proposta ao presidente Sarney. Este permanece neste fim-de-semana no sítio São José do Pericumã (50 km de Brasília), de sua propriedade.

A ambição do deputado Bonifácio é a de provocar, com este documento, um consenso nacional, que reflita uma evolução política em relação à adequação de um modelo para solucionar institucionalmente a questão. "O parlamentarismo deve ser implantado com um esforço de consenso a nível nacional", disse o deputado Bonifácio de Andrada.

## Disposições transitórias

De acordo com a proposta do deputado, seriam incluídos nas Dis-



O ministro Costa

posições Transitórias da Constituição três artigos dividindo em três fases a implantação do parlamentarismo. Na primeira, num prazo de noventa dias após a promulgação da Carta, o presidente nomearia o primeiro-ministro e o Conselho de Ministros, "delegando ao primeiro-ministro as atribuições que julgar conveniente para as atividades de seu governo, podendo a qualquer tempo" exonerar qualquer um dos ministros "sem audiência da Câmara dos Deputados", conforme diz a proposta de Andrada. Ainda nessa fase, o primeiro-ministro e o Conselho apresentariam à Câmara seu programa de governo e comparecerão ao plenário, obrigatoriamente, para discutir sua execução.

Na segunda fase, em 1989, a Câmara poderá apresentar moção de desconfiança aos ministros, subscrita por, no mínimo, cinquenta deputados. Se aprovada por maioria absoluta no prazo de cinco dias, cairá todo o ministério. O novo primeiro-ministro será indicado novamente pelo presidente.

Na terceira fase, em 1990, elege-se o sucessor de Sarney, que tomará posse em março de 1991 e governará sob o parlamentarismo clássico, segundo a proposta do grupo.



Moreira Mariz

Drones